

INTRODUÇÃO

O objeto da semiótica é o *sentido*. Domínio infinitamente vasto, do qual se ocupa o conjunto das disciplinas que constituem as ciências humanas, da filosofia à lingüística, da antropologia à história, da psicologia à sociologia. Uma restrição, portanto, se impõe logo de início: a semiótica se interessa pelo “parecer do sentido”, que se apreende por meio das formas da linguagem e, mais concretamente, dos discursos que o manifestam, tornando-o comunicável e partilhável, ainda que parcialmente. Este livro tem por objetivo apresentar, de maneira metódica, a semiótica geral, em sua origem e em seus desenvolvimentos mais atuais, focalizando um de seus campos de exercício privilegiado: o discurso literário.

1. Definições

Duas denominações da disciplina têm estado tradicionalmente em concorrência: semiologia e semiótica. Ambas se distinguem da semântica. Esta designa a parte da lingüística que tem por objeto o estudo das significações lexicais, tomadas em sua evolução (semântica histórica) ou nas relações constitutivas do sentido das palavras (semântica sincrônica). Semiologia e semiótica têm em comum o fato de ultrapassarem a semântica em dois sentidos: para além da palavra, da oração e da frase, elas encaram os fenômenos significantes em sua globalidade discursiva; mas sobretudo, para além da simples língua natural, elas consideram a significação como um objeto próprio, transversal às diferentes linguagens que lhe dão forma e asseguram-lhe a eficiência. A distinção teórica e metodológica entre a semiologia e a semiótica, por sua vez, está mais ligada às transformações históricas de sua formação recente no campo das ciências da linguagem. Salientaremos progressivamente essa distinção ao analisar algumas das numerosas definições que acompanharam seu desenvolvimento.

Consideremos, em primeiro, duas definições de “semiologia”: “Ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social” (F. de Saussure) e “Ciência que estuda os sistemas de signos (línguas, códigos, sinalizações, etc.)” (*Petit Robert*). As duas mostram a extensão considerável de seu objeto: o universo geral dos signos, bem além da mera língua. Assim, no texto fundador freqüentemente citado, do qual foi extraída sua definição, Saussure precisa que “a língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc. Ela é apenas o principal desses sistemas”. A lingüística não é “senão uma parte dessa ciência geral”¹. O signo-objeto da semiologia abrange, pois, as diferentes linguagens

¹ F. de Saussure, *Curso de lingüística geral*, 12ª ed. Trad. Antônio Chelini *et al.* São Paulo, Cultrix, 1976, p. 24.

que lhe dão forma de expressão: linguagens verbais (oral, escrita), não-verbais (visual, plástica, gestual, musical, etc.) ou “sincréticas” (combinando várias linguagens, como por exemplo o teatro). A semiologia (ou semiótica) postula a unicidade do fenômeno da significação, quaisquer que sejam as linguagens que o expressem e o manifestem.

No entanto, uma diferença entre essas duas definições salta aos olhos. O *Petit Robert* fala em “sistemas” de signos, enquanto Saussure fala na “vida” dos signos, envolvendo assim, além do sistema, sua realização dinâmica em forma de discurso e sua inserção na comunicação social. A semiótica francesa, principalmente sob o impulso de A. J. Greimas, se esforçará para realizar esse programa, sempre associando estreitamente as duas dimensões: a do sistema e a do processo.

Consideremos agora uma outra definição, a de “semiótica”, no mesmo dicionário *Petit Robert*. Ela é dupla: “Teoria geral dos signos e de sua articulação no pensamento (> lógica). Teoria dos signos e do sentido, e de sua circulação na sociedade (> semiologia).” Cada uma dessas definições delineia o campo de duas concepções distintas da semiótica, que estão na origem de duas grandes tradições e que nos limitaremos a localizar: a semiótica americana e a semiótica européia. A primeira, fundamentada na obra do filósofo e lógico Charles Sanders Peirce (1839-1914), se atém especialmente ao modo de produção do signo (os esquemas inferenciais do raciocínio: dedução, indução, abdução) e à sua relação com a realidade referencial pela mediação do “interpretante” (de onde provém a tipologia dos signos: ícone, índice, símbolo). É uma semiótica lógica e cognitiva, desvinculada de qualquer ancoragem nas formas languageiras. A segunda, ao contrário, tem suas raízes na teoria da linguagem, mostrando assim sua filiação a Saussure, seus postulados estruturais e sua concepção da língua como instituição social; é esta segunda semiótica, cujos principais modelos de análise são de origem lingüística, que vamos desenvolver aqui. Ela é, às vezes, conhecida pelo nome de “Escola de Paris”.

O segundo enunciado definicional, por outro lado, estabelece uma distinção sugestiva: “teoria do signo e do sentido”. Distinção importante de fato, pois ela determina a especificidade da semiótica com relação à concepção redutora a que sempre se associou a semiologia: uma tipologia analítica dos sistemas de signos reduzida aos códigos de sinais de caráter informativo e referencial (código rodoviário, sinalizações, etc.). Tal redução é evidentemente grosseira e abusivamente parcial. Basta pensar na obra de R. Barthes, que encarnou a “semiologia francesa” nas décadas de 1970-1980. Se podemos globalmente caracterizá-la como uma “semiologia da conotação”, é porque ela não tem absolutamente nada a ver com um projeto de análise denotativa dos signos. Ao contrário, o sentido e o valor são literalmente filtrados e selecionados pelos crivos conotativos de leitura, significações secundárias que na realidade ocupam o primeiro plano na comunicação social. Assim, para ele, “a ideologia seria em suma a forma dos significados de conotação”. As significações envolvidas pelas denominações da disciplina (semiologia..., semiótica...) são também, como vemos aqui, fortemente

determinadas pelos valores conotativos engendrados pelo uso, pelas conjunturas da história e pelos efeitos passageiros da moda. Seja como for, a distinção “signo-sentido” no segundo enunciado do *Petit Robert* é preciosa. Ela permite determinar o lugar exato do exercício semiótico: não é o do signo empírico e de suas codificações (de que a semiótica não diz quase nada), é o do sentido que o signo suscita, que ele articula e que o atravessa. Os contornos da disciplina tornam-se mais precisos e nos conduzem a uma terceira definição.

“ O objeto da semiótica é explicitar as estruturas significantes que modelam o discurso social e o discurso individual “². A linha divisória está aqui definida: a palavra “signo” desapareceu; é que não se trata mais do signo, mas da significação. Não faltam metáforas para definir esse espaço próprio de intervenção da semiótica, difícil de nomear, pois escapa à percepção empírica: “O olhar semiótico recai sob a linha de flutuação do signo” (P. Fabbri), “o signo é a parte emersa do iceberg do sentido”. Essas metáforas espaciais instalam a análise do sentido “sob” o signo. Indicam assim a hipótese estrutural que está na base do método: seu objeto não é o signo, mas as relações estruturais, subjacentes e reconstruíveis, que produzem a significação. Em *Semântica estrutural*, Greimas escreve: “A língua não é um sistema de signos, mas uma reunião [...] de estruturas de significação” (p. 30). Ele precisa, em *Sémiotique et sciences sociales*, que “o lingüista, [...] mesmo que esteja curioso por saber como se constituem os signos, retém apenas o momento de sua dissolução, que lhe abre a possibilidade de analisar as formas lingüísticas situadas (aquém e) além do signo” (p. 40).

A semiótica, assim compreendida, é uma teoria da relação; os “termos” (unidades significantes de qualquer grandeza, empiricamente isoláveis), do ponto de vista da significação, são apenas intersecções de relações apreendidas e articuladas em diferentes níveis de análise. E as estruturas relacionais de ordem semântica e sintática se desdobram em séries organizadas de dependências, isto é, de hierarquias. As regularidades notadas em tais estruturas, e reconstituídas a partir das próprias manifestações textuais, dão lugar a construções menos ou mais formalizadas, que permitem transformá-las em modelos. Esses modelos enunciativos, narrativos, figurativos, passionais são implicitamente convocados ou revogados pelo exercício concreto do discurso, quer se trate dos vestígios de discurso depositados na memória coletiva (como nos modelos narrativos estereotipados e outras formas discursivas e fraseológicas cristalizadas, que ocupam um lugar considerável no uso cotidiano da palavra), quer se trate de um discurso individual, inédito e criador, formador de novos usos da linguagem, como na escrita dos textos literários.

Examinemos enfim uma última definição, mais técnica, que estabelece as bases programáticas do projeto semiótico: “A teoria semiótica deve apresentar-se inicialmente como o que ela é, ou seja, como uma teoria da significação. Sua primeira preocupação será, pois, explicitar, sob a forma de uma

² J. -C. Coquet, *Le Discours et son sujet*, Paris, Klincksieck, 1984, p. 21.

construção conceitual, as condições da apreensão e da produção do sentido.”³. A sequência do artigo do qual se extraiu essa definição oferece um amplo panorama do canteiro de obras teórico: inicialmente a significação como apreensão das “diferenças”, em seguida sua representação em uma estrutura elementar, depois sua complexificação em um percurso global que simula a “geração” do sentido, desde as estruturas profundas até as estruturas de superfície, e por fim sua operacionalização pelo “filtro que é a instância da enunciação”. Eis aí em largos traços a economia geral da teoria semiótica. Suas divisões sucessivas poderiam facilmente indicar a segmentação de um percurso introdutório à disciplina. Tal esquema, entretanto, corresponderia a um estágio – início da década de 1980 – de uma teoria em contínua remodelação.

2. Fontes

Para situar essa disciplina em construção e medir um pouco melhor a extensão de seu projeto, é necessário indicar sumariamente as fontes principais de cuja convergência ela surgiu. Elas são três: a fonte lingüística, a fonte antropológica e a fonte filosófica.

Da **lingüística saussuriana**, a semiótica extrai os princípios fundadores de sua metodologia. Além do *Curso de lingüística geral* já citado, é preciso sobretudo insistir nos trabalhos do principal continuador de Saussure, o lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev, cujos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*⁴ e *Ensaio lingüísticos*⁵ estabelecem os fundamentos epistemológicos do que será a semântica estrutural (Greimas, 1966). Obras complexas e de difícil acesso, mas que apresentaram, sobretudo a primeira, as condições de possibilidade de uma descrição formal do plano do conteúdo das linguagens, no quadro de uma teoria de vocação científica. A semiótica é em grande parte, em seus princípios, estrutural e de inspiração hjelmsleviana. Todavia, longe de permanecer num puro formalismo - apreendendo o sentido através de suas descontinuidades e centrando-se na análise das estruturas enunciadas independentemente do sujeito do discurso -, ela foi progressivamente integrando em seu desenvolvimento as pesquisas em **lingüística da enunciação**, ilustradas principalmente pelos trabalhos de É. Benveniste⁶. A concepção semiótica do discurso, visto como uma interação entre produção (por um sujeito enunciador) e apreensão (ou interpretação, por um outro sujeito enunciador), foi pouco a pouco se aproximando da realidade da linguagem em ato, procurando apreender o sentido em sua

³ A. J. Greimas, J. Courtés, *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima *et alii*, São Paulo, Cultrix, s. d. [1983], p. 415.

⁴ Tradução francesa, Paris, Minuit, 1971; tradução brasileira de J. Teixeira Coelho Neto, São Paulo, Perspectiva, 1975.

⁵ Tradução francesa, Paris, Minuit, 1971; tradução brasileira de Antônio de Pádua Danesi, São Paulo, Perspectiva, 1991.

⁶ *Problemas de lingüística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e L. Neri, São Paulo, Nacional/EDUSP, 1976.
Problemas de lingüística geral II, Trad. E. Guimarães, *et alii*, Campinas, Pontes, 1989.

dimensão contínua e estreitando cada vez mais o estatuto e a identidade de seu sujeito (orientação ilustrada sobretudo pelos trabalhos de J. -C. Coquet).

Com a **antropologia cultural** a semiótica divide uma parte de seus objetos e de sua problemática. Se ela não se interessa em primeiro lugar pela atividade singular do sujeito falante, é porque investiga mais os usos culturais do discurso que modelam o exercício da palavra individual: rituais, hábitos, motivos sedimentados na práxis coletiva das linguagens. Esta ligação entre as duas disciplinas se manifesta particularmente no estudo das leis que regem a forma mais amplamente transcultural dos discursos, a da narrativa, na maneira como ela modela e organiza o imaginário humano (da narrativa mítica ao conto popular e deste ao texto literário). “É impossível enumerar todas as narrativas do mundo”⁷, escreve Roland Barthes, abrindo sua “Introdução à análise estrutural da narrativa” em 1966. O primeiro comentário da *Morfologia do conto russo* de Vladimir Propp, obra que tanto influenciou o surgimento da teoria narrativa e, mais amplamente, da narratologia, foi publicado em 1960 por um antropólogo, C. Lévi-Strauss⁸. Mais que os objetos partilhados, no entanto, é uma filiação metodológica oriunda de Marcel Mauss que fundamenta o parentesco entre a antropologia e a semiótica. Esta prolongará e sistematizará o que fora anteriormente constatado por aquela a respeito do primado das relações estruturais sobre a realidade empírica dos objetos. A propósito do *Ensaio sobre a dádiva*, texto importante em que Mauss estuda o problema da reciprocidade na circulação social dos valores e dos bens, Lévi-Strauss escreve: “pela primeira vez na história do pensamento etnológico, foi feito um esforço para transcender a observação empírica e alcançar realidades mais profundas. Pela primeira vez o social [...] torna-se um sistema, entre cujas partes podemos pois descobrir conexões, equivalências e solidariedades”⁹. G. Dumézil explica por sua vez, com termos surpreendentemente semelhantes, em *Mythe et épopée*, sua descoberta essencial da característica comum das religiões indo-européias, na imensa variedade de seus panteões: “a ideologia das três funções hierarquizadas”, função mágica e religiosa, função guerreira e função de reprodução. Ele escreve: “um verdadeiro progresso se efetivou no dia em que eu reconheci [...] que a ‘ideologia tripartite’ não era acompanhada forçosamente, na vida de uma sociedade, da divisão tripartite *real* dessa sociedade. [...] Em vez de fatos isolados e por isso mesmo incertos, uma estrutura geral se propunha ao observador, na qual, como num vasto quadro, os problemas particulares encontravam seu lugar preciso e limitado”¹⁰. Tanto no caso das relações sociais como no das mitologias, a apreensão de um conjunto de relações conceituais simples e hierarquizadas, subjacentes à

⁷ *A aventura semiológica*. Trad. Maria de Sta Cruz, Lisboa, Ed. 70, s. d., p. 95.

⁸ C. Lévi-Strauss, “A estrutura e a forma. Reflexões sobre uma obra de Vladimir Propp”, *Antropologia estrutural dois*. Trad. Maria do Carmo Pandolfo *et alii*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976, cap. VIII, pp. 121-151.

⁹ C. Lévi-Strauss, “Introdução à obra de Marcel Mauss”, abertura de M. Mauss, *Sociologia e antropologia*. Trad. Lamberto Puccinelli, São Paulo, EPU, 1974, vol. 1, p. 21. Ver também, de Lévi-Strauss, *Antropologia estrutural e Antropologia estrutural dois*, referência constante de vários semioticistas!

¹⁰ G. Dumézil, *Mythe et épopée. L'idéologie des trois fonctions dans les épopées des peuples indo-européens*, t. I, Paris, Gallimard, 1968, pp. 15 e 16.

diversidade empírica, pode dar conta da maneira como se organiza uma realidade significativa infinitamente complexa. Princípios similares comandam, como veremos, a metodologia semiótica em sua abordagem do discurso. Compreendemos assim porque ela entra, para além dos seus próprios objetos, num estreito parentesco teórico com a antropologia estrutural (Lévi-Strauss) e com a mitologia comparada (G. Dumézil).

Enfim, no campo da filosofia, é da **fenomenologia** que a semiótica extrai, à distância, uma parte importante de sua concepção da significação. A própria expressão “parecer do sentido”, que utilizamos no início, ilustra essa inspiração fenomenológica. Nós a encontramos várias vezes nos escritos de Greimas: desde o “véu do parecer” (em *Du sens*, 1970, p. 100)¹¹ até a “tela do parecer” (em *De l'imperfection*, 1987, p. 78), ela subjaz à sua abordagem relativista de um sentido, se não sempre incompleto, pelo menos sempre pendente nas tramas do discurso. Ela define o estatuto das formas significantes como um espaço intersticial entre o sensível e o inteligível, entre a ilusão e a crença partilhada, na relação reciprocamente fundadora entre sujeito sensível e objeto percebido, destacando-se no horizonte da sensação. Já em *Semântica estrutural* (1966), a ligação estava explicitamente assumida: “[...] nos propomos a considerar a percepção como o lugar não lingüístico onde se situa a apreensão da significação” (p. 15). É ponto pacífico, entretanto, que a semiótica não poderia ser considerada um ramo da fenomenologia. Ela se define, muito ao contrário, a uma certa distância do paradigma filosófico, como uma teoria descritiva da significação discursiva: quando fala de *ser*, ela designa gramaticalmente um predicado de estado, fora de qualquer visão ontológica. Mas se a distinção disciplinar vem assim ostentada, talvez seja porque o ancoradouro filosófico da semiótica está claramente situado: suas referências essenciais, nesse domínio, são as *Idées directrices pour une phénoménologie*, de Husserl¹² e a *Fenomenologia da percepção*, de M. Merleau-Ponty¹³. Teremos a oportunidade de evocar novamente essa ligação no momento de nossas reflexões sobre a figuratividade, característica central da literatura: a figuratividade faz surgir aos olhos do leitor a “aparência” do mundo sensível. Olhando com mais cuidado, notamos porém que os limites entre essas disciplinas não são assim tão estanques, e podemos citar ainda o filósofo Paul Ricœur, para quem a mediação do signo e das obras é indispensável para a compreensão da “consciência de si”: “O sujeito, diz ele, não se conhece a si mesmo diretamente, mas só por meio dos signos depositados em sua memória e em seu imaginário pelas grandes culturas”¹⁴. Ele desenvolve esse tema sobretudo em *Tempo e narrativa*¹⁵, depois em *O si mesmo como um outro*¹⁶, e o

¹¹ [N. dos T.] Edição brasileira: *Sobre o sentido*. Trad. Ana C. Cruz Cezar et alii, Petrópolis, Vozes, 1975, p. 93.

¹² Paris, Gallimard, 1950, trad. Paul Ricœur.

¹³ Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

¹⁴ *Réflexion faite. Autobiographie intellectuelle*, Paris, Éd. Esprit, 1995, p. 30.

¹⁵ T. II. Trad. Constança Marcondes Cesar, Campinas, Papirus, 1994.

¹⁶ Trad. Lucy Moreira César, Campinas, Papirus, 1991.

inscreve num longo diálogo com as ciências da linguagem, principalmente com a pragmática lingüística e a semiótica narrativa e textual¹⁷.

Esta contextualização da semiótica, no seio das disciplinas que a inspiraram ou que ela acompanhou, deve ser entendida como um simples balizamento. Trata-se apenas de mostrar aqui como, aquém de toda a singularidade teórica e metodológica que lhe é peculiar entre as ciências da linguagem, a semiótica é um produto interdisciplinar. Um discurso “com vocação científica” sobre o sentido tem necessariamente ligação com a linguagem que o estrutura, com as produções significantes e transculturais das sociedades que o modelam e com os postulados epistemológicos que fundamentam as condições de sua análise. De resto, essa contextualização visa também a sugerir aberturas para numerosos textos que, embora não fazendo parte diretamente do domínio da análise literária, são passíveis de esclarecer-lhe o método e a prática.

3. Objetivos

Com relação ao horizonte teórico que acabamos de esboçar, nosso objetivo é naturalmente mais restrito. É pôr em prática um *percurso metodológico para a análise dos textos literários* e, a partir daí, propor prolongamentos e discussões críticas para um estudo da literatura centrado, segundo nosso postulado inicial, na realidade textual e discursiva. Esta iniciação está portanto inserida num campo de especialidade: a literatura. Isso não deve ocultar a amplitude muito maior dos domínios de investigação da semiótica: de um lado, a teoria da linguagem e sua incessante busca epistemológica; de outro, os universos do discurso, verbais ou não verbais (notadamente visuais), dos quais há análises feitas por semioticistas de diversas especialidades. A bibliografia proposta no final do volume apresenta esses trabalhos em toda sua variedade.

Nosso método consiste pois, inicialmente, em nos atermos ao texto propriamente dito, em reconhecer sua autonomia relativa de objeto signifiante. Ele considera o texto como um “todo de signifição” que produz em si mesmo, ao menos parcialmente, as condições contextuais de sua leitura. Uma das propriedades sempre reconhecidas no texto dito “literário” é que, diferentemente do conto oral, do artigo de imprensa ou outras formas de discurso, ele incorpora seu contexto e contém em si mesmo o seu “código semântico”: ele integra assim, atualizado por seu leitor e independente das intenções de seu autor, as condições suficientes para sua legibilidade. P. Ricœur escreve: “ Na medida em que o sentido de um texto se tornou autônomo em relação à intenção subjetiva de seu autor, a questão essencial não é

¹⁷ P. Ricœur manteve regularmente um debate com A. J. Greimas, sobre os problemas da narrativa e da paixão. O texto da discussão sobre as paixões foi publicado por A. Hénault, no final de sua obra *Le pouvoir comme passion*, Paris, PUF, col. “Formes sémiotiques”, 1995.

mais encontrar, por trás do texto, a intenção perdida, mas desdobrar, de certo modo diante do texto, o 'mundo' que ele abre e descobre “¹⁸. Esse duplo aspecto está no cerne de nosso método, que pretende associar estreitamente uma semiótica do enunciado, destacando as articulações internas do texto, e uma semiótica da enunciação, centrada nas operações da discursivização, incluídas – e sobretudo – as da leitura.

Trata-se, com efeito, de procurar a conexão entre uma semiótica sistêmica e uma semiótica da leitura: para a primeira, todas as relações são internas ao dispositivo da língua. Ela estuda as regras de composição transfrásica, os princípios da coerência, as formas de estruturação articuladas em diferentes níveis. A segunda reintroduz o sujeito do discurso e a dimensão intersubjetiva da interlocução no ato de leitura. Ela reencontra, por conseguinte, as questões colocadas especificamente, no domínio literário, pelas discussões clássicas sobre a interpretação e seus limites, sobre a polissemia dos textos, sobre a pluralidade das leituras. Essas discussões interessam não somente à crítica literária, mas também à didática da literatura, tanto no contexto do ensino como em um contexto intercultural. Nessa perspectiva, o leitor não é mais aquela instância abstrata e universal, simplesmente pressuposta pelo advento de uma significação textual já existente, que se costuma chamar “receptor” ou “destinatário” da comunicação: ele é também e sobretudo um “centro do discurso”, que constrói, interpreta, avalia, aprecia, compartilha ou rejeita as significações.

4. Método

A fim de precisar, neste momento, os fios condutores da abordagem semiótica na literatura, convém inserir nosso projeto numa visão mais ampla do objeto e das principais orientações teóricas que conduzem a metodologia.

Podemos dizer que uma dupla tensão caracteriza a posição da literatura no campo dos discursos: tensão entre literatura e língua de um lado, tensão entre literatura e cultura de outro lado. É peculiaridade do escritor, dizia R. Barthes, “ver a língua”, isto é, apreender ao mesmo tempo o som e o sentido, o ritmo, a sintaxe e as imagens, a voz e os conceitos, a convenção que desgasta a língua na cotidianidade de seu uso e a inovação que a torna, em cada obra por assim dizer nascente, quase estrangeira a si mesma. Como escreve Proust em *Contre Sainte-Beuve*: “Os belos livros são escritos numa espécie de língua estrangeira.” O escritor é aquele que sabe se fazer estrangeiro em sua própria língua, ele escava nela possibilidades inéditas, não percebidas até então. Ele a força a tornar-se outra. A literatura exerce pois, por natureza, uma função crítica sobre a língua, desaprumando-a em relação a si mesma em cada obra. No âmbito da cultura, a literatura é esse imenso reservatório da memória coletiva, canteiro em que

¹⁸ *Réflexion faite. Autobiographie intellectuelle, op. cit.*, pp. 56-57.

ela se elabora com os materiais de que dispõe, arquivo em que ela se fixa e se institui como referência cultural. Ela é assim reconhecida como meio de transmissão dos conteúdos míticos e axiológicos, das maneiras de ser e das maneiras de fazer de uma comunidade, em parte fundadora de sua identidade; nela se depositam e se transformam tanto os modelos da ação (a narrativa) e da representação (“realismo”, por exemplo) quanto os modelos das liturgias passionais (como os do amor cortês). Ela propõe – ou impõe, contra sua própria vontade – formas de organização discursiva do sentido e dos valores, interpretadas como hierarquias e exclusões (o “bom” e o mau gosto...).

Ora, bem sabemos que a complexidade da literatura não pára aí: é também a do comentário pululante que ela suscita, o qual prolonga e renova infinitamente as suas significações. Basta pensar, para além da atividade crítica, na diversidade dos métodos de análise cujos instrumentos teóricos extraordinariamente variados fazem do metadiscorso sobre a literatura uma espécie de duplo do próprio objeto literário. Essas abordagens estão centradas na origem do texto (seu estabelecimento e sua gênese, da abordagem filológica à crítica genética), no próprio texto (suas formas de expressão e de conteúdo, com que se preocupam a retórica, a estilística, a análise textual, a semiótica, a poética), na figura do autor (como personagem de sua história na crítica biográfica, como inconsciente na crítica psicanalítica ou como sujeito social na sociocrítica), e no contexto sócio-histórico, por fim (as transformações dos gêneros, a história social da recepção dos textos e a da instituição literária).

Entre essas diferentes propostas, convém situar as orientações da semiótica. Interessando-se pelas condições da apreensão da significação, ela situou o texto e suas estruturas organizadoras no centro de suas investigações. Fazendo uma espécie de “limpeza da situação verbal”, para retomar uma expressão de Paul Valéry¹⁹, os semioticistas da literatura, seguindo A. J. Greimas, consideraram com reserva, e até com suspeição, todos os termos legados pela tradição literária, solidificados pelo uso e naturalizados como evidências, que filtram imperiosamente nosso acesso à textualidade: personagens, atmosfera, imagem, sentimento, descrição e narração, gêneros e estilo de escrita, etc. Rejeitando, pelo menos provisoriamente, essas noções da prática descritiva, eles quiseram fazer *tabula rasa* para assegurar uma certa ingenuidade do olhar ou até mesmo uma suspensão metódica do julgamento. Os conceitos analíticos que eles então propuseram se enraizavam nos fundamentos de uma teoria geral da linguagem, a montante da literatura, que era preciso reinserir na relatividade cultural de sua própria designação. Elaborados, não sem dificuldade, na euforia estruturalista, esses novos instrumentos de descrição viriam a se interdefinir, a se homologar, a entrar em uma hierarquia circunstanciada, e a reatar, sob uma luz renovada, com problemáticas antigas, às quais eles garantiriam, num campo de pertinência claramente estabelecido, um mínimo de confiabilidade descritiva.

¹⁹ P. Valéry, “Poesia e pensamento abstrato”, in *Variedades*. Trad. Maiza Martins de Siqueira, São Paulo, Iluminuras, 1991, p. 202.

Podemos resumir sucintamente seu método, dizendo que a semiótica privilegiou quatro dimensões que, embora não sejam propriamente do texto literário, nele se articulam de maneira específica. É talvez pela sua composição que se define em parte o uso literário da língua: a dimensão narrativa, a dimensão passional, a dimensão figurativa e a dimensão enunciativa.

A dimensão narrativa é a mais solidamente estabelecida. Ela consiste em desnudar as estruturas organizadoras de nossa intuição narrativa, transformadas pela linguagem nesses “seres de papel” que são os atores, sujeitos de desejo ou de medo, adquirindo competências, agindo, lutando, fracassando ou obtendo vitórias. Organizações predicativas de um tipo peculiar subtendem-lhes os percursos: as estruturas actanciais se definem por uma composição modal (querer, dever, saber, poder, ser ou fazer) que comanda a transformação da relação de um sujeito com objetos de valor (os quais ele adquire pelo combate ou pela troca, e dos quais ele é privado por despossessão ou por renúncia) e com outros sujeitos na mesma cena narrativa. As estruturas se desdobram em seqüências que a história cultural, a dos relatos, fixou em nosso imaginário narrativo sob formas canônicas (do contrato inicial à sanção final, recompensa do herói e punição do vilão nos contos populares). O primeiro grande romance da literatura francesa, *Percival ou a história do Graal*, ilustra de maneira exemplar essa trama. Essa dimensão narrativa, menos ou mais enriquecida e complexificada, tem permitido há muito tempo numerosas aplicações na análise dos textos, eficazes até mesmo no nível mais elementar, mas sempre exageradamente simplificadoras (em torno do esquema narrativo, principalmente).

Ocorre que as estruturas da ação não esgotam, longe disso, a organização discursiva do sentido. E a literatura não se contenta em pôr em discurso ações e condutas. A narrativa mostra, de maneira robusta porque sistematizável, como se transformam os “estados de coisas”: passagem da pobreza à riqueza, do sucesso ao fracasso, da posse à privação; os objetos circulam, trocam-se, perdem-se. Mas que é feito do sujeito que continua a existir no decorrer das transformações, que persiste e modula seus próprios estados, seus “estados de alma”, através da circulação dos objetos e dos valores que os tornam desejáveis ou temíveis? Uma possessão perdida deixa nele resíduos sob forma de “lamento” ou de “nostalgia”. A impossível conquista de um objeto de desejo reforça, ao longo dos obstáculos encontrados, o querer do sujeito, e eis a “obstinação”; os objetos virtuais crescem no decorrer das aquisições parciais, dilatando o ser potencial do sujeito, e eis a “ambição”. Essa profusão de simulacros cuja remanescência o sujeito passional preserva ou projeta no futuro, analisáveis na medida em que eles se tornam objetos efetivos no discurso, que a língua nomeia e organiza, levou a semiótica ao estudo desta dimensão relativamente autônoma, que é a das paixões. Ora, a literatura é, de todas as formas do discurso social, a que em nossas culturas fixa, isola e valoriza identidades, tipos e percursos passionais. Há aí um vasto domínio de pesquisas para a análise literária, sem dúvida, mas também para a comparação intercultural das figuras e configurações do sensível.

O sensível nos leva diretamente à terceira dimensão que a semiótica explorou amplamente, a dimensão figurativa do discurso. A literatura é, entre outros, um discurso figurativo: ele representa, estabelece, na leitura, uma relação imediata, uma semelhança, uma correspondência entre as figuras semânticas que desfilam sob os olhos do leitor e as do mundo, que ele experimenta sem cessar em sua experiência sensível. É a *mimesis*. Essa dimensão se interessa pela maneira como se inscreve o sensível na linguagem e no discurso, ou seja, basicamente, a percepção e as formas da sensorialidade. Essa dimensão figurativa da significação, a mais superficial e rica, a do imediato acesso ao sentido, é tecida no texto por isotopias semânticas, e recobre com toda sua variedade cintilante de imagens as outras dimensões, mais abstratas e profundas. Ela dá ao leitor, assim como ao espectador de um quadro ou de um filme, o mundo a ver, a sentir, a experimentar. A práxis cultural, que se sedimenta com o uso, fixa então a ordem de “verdade”, totalmente relativa, do figurativo em poéticas particulares e convencionais: é, por exemplo, o alegorismo, o realismo, o simbolismo, o surrealismo, etc.

Chegamos finalmente à dimensão enunciativa. Essa posição, no fim do percurso, é significativa! Enquanto se constituíam e se desenvolviam na França uma lingüística da enunciação (a partir dos trabalhos de É. Benveniste e de A. Culioli) e uma pragmática da interação languageira (a partir de Austin e Searle, no universo anglo-saxão, e de O. Ducrot na França), os semioticistas se mantinham, na maioria de seus trabalhos, “a boa distância” do sujeito (J. -C. Coquet foi por muito tempo uma exceção nesse campo). Dava-se prioridade ao texto-enunciado, e tudo aquilo que pertencia à situação extralingüística (a realidade, incluída a do sujeito da fala) era por princípio excluído do campo da análise. O sujeito está pressuposto pela manifestação do discurso, reconstituível a partir dos traços que deixa nele, acessível por meio de numerosas instâncias de delegação que simulam sua presença no interior do texto (o narrador, o observador, os interlocutores), localizável por operações enunciativas (debreagem e embreagem, focalização, ponto de vista e perspectiva), reconhecido como agente da textualização, mas sempre cuidadosamente mantido dentro dos limites de pertinência que a teoria fixou. Essa posição foi objeto de inúmeras discussões e, parece-nos, de mal-entendidos lamentáveis, mesmo porque o trabalho sobre a literatura e a leitura implica, de uma maneira ou de outra, o empenho das subjetividades.

A fim de precisar este ponto, é necessário determo-nos um momento sobre as críticas dirigidas hoje em dia à abordagem semiótica do texto: diretamente ou não, elas se referem quase sempre à ausência da enunciação. Elas expressam, essencialmente, uma censura ao *formalismo* ligado ao princípio de imanência reivindicado pelos semioticistas, segundo o qual os fenômenos “entram em um sistema fechado de relações” que levam a considerar a língua e o discurso como objetos abstratos “em que contam somente as relações entre os termos”²⁰. O desnudamento das estruturas formais quebra o elo entre o discurso e seu sujeito, tira a obra da realidade histórica de sua produção e recepção, ignora a

²⁰ J. -C. Coquet, *La Quête du sens*, Paris, PUF, col. “Formes sémiotiques”, 1997, pp. 2 e 235.

cronologia, a historicidade, as condições de leitura, as formas da instituição literária que enquadram e determinam as significações do texto e sua eficácia comunicativa.

Tal crítica pode parecer plenamente justificada se considerarmos que os formalistas tiveram ou têm ainda, às vezes, tendência a elaborar “em abismo” instrumentos conceituais cada vez mais sofisticados, fazendo referência aos estágios anteriores de sua conceptualização e se afastando mais e mais da realidade primeira de seu objeto. Esse trabalho pode levar, como dizia Montaigne, a “multiplicar as sutilezas”, ensinando os homens a “aumentar as dúvidas”²¹. Para nós, todavia, esse julgamento crítico se baseia fundamentalmente num mal-entendido: podemos considerar, com efeito, que o projeto semiótico é ser, ao mesmo tempo, uma sócio- e uma psico-semiótica. Parece-nos que descobrir estruturas imanentes nas formas é também dotar-se dos meios de reconhecer as convenções que o uso pouco a pouco estabeleceu, sedimentadas em estruturas e construídas com regras implícitas. Essas convenções moldam as expectativas dos leitores. Elas asseguram, para além do sistema da língua em si, a previsibilidade do conteúdo, as hipóteses e inferências da leitura. As estruturas assim compreendidas deveriam estar também relacionadas com o sujeito, mas elas fazem parte agora de uma enunciação enfraquecida, do murmúrio impessoal dos discursos que milhões de falas engendraram, retomadas e repisadas: a fraseologia, as expressões fixas, os estereótipos, esses blocos pré-fabricados e “pré-moldados” de discursos atestam na superfície a impessoalidade da enunciação. E à sedimentação, produto cultural dessa práxis enunciativa, respondem a inovação e a ruptura, a abertura da língua, por enunciações singulares, a formas novas e inéditas, criadoras de leitores novos, formas que o uso talvez deposite mais tarde na regularidade das esquematizações. A história da literatura está pontuada por essas formas emergentes, inaceitáveis no início para os leitores e sempre rejeitadas por sua estranheza, que tomaram, às vezes, para além das expressões individuais, as formas institucionais de libelos ou de manifestos talvez exageradamente valorizadas mais tarde pela história literária: “Defesa e ilustração da língua francesa”, “Querela dos Antigos e dos Modernos”, “Manifesto do Surrealismo”, “Por um novo romance”, etc. Vista dessa maneira, a abordagem sincrônica das estruturas não contradiz nem a abordagem diacrônica da história, nem a abordagem pragmática da leitura: ao contrário, ela oferece mesmo a possibilidade de uma história das poéticas, ou de uma história cultural das formas, apreendidas sob um outro regime de duração que não o de uma cronologia de obras e de movimentos literários.

As observações precedentes orientam a concepção geral deste livro e sua organização. Uma primeira parte apresenta o percurso geral da metodologia semiótica, cotejando, em torno de um mesmo motivo, uma expressão estereotipada e uma realização romanesca. Seguem-se quatro partes, cada uma destacando um domínio de investigação particular, cuja combinação e cujo arranjo com as outras podem pôr em evidência certas propriedades do texto literário. Começaremos pela dimensão enunciativa, que

²¹ Montaigne, *Ensaio*, “Da experiência”. Trad. Sérgio Milliet, Porto Alegre, Globo, 1961, p. 323.

enquadra e rege, pela discursivização, as dimensões seguintes, as quais articulam em módulos os diferentes níveis de profundidade da significação: será tomada primeiro a figuratividade, depois a narratividade e finalmente a afetividade. Na conclusão, seremos levados a avaliar as relações, recentemente reativadas na pesquisa, entre a semiótica e a herança retórica, contra a qual ela procurou, por muito tempo, se colocar como disciplina autônoma, mas com a qual ela pode hoje fazer convergir suas propostas. No interior de cada uma das partes, nosso percurso se propõe associar uma problemática geral, que não seja específica da literatura, com estudos de textos. Estes, longe de só ilustrar os modelos apresentados, especificam-nos, prolongam-nos e interrogam seus instrumentos²².

²² Algumas análises já foram publicadas em revistas especializadas ou obras coletivas. Elas foram retrabalhadas e reescritas para a presente publicação.